

## Práticas discursivas contra a naturalização das desigualdades: o caso da experiência/enquete do Açúcar Guarani

Pratiques discursives contre la naturalisation des inégalités: le cas de l'expérience/enquête Açúcar Guarani

Felipe Masquio de Souza<sup>1</sup>

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
fmaskio.souza@hotmail.com

Vanice Sargentini<sup>2</sup>

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
sargentini@uol.com.br

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é discutir como as práticas discursivas que alimentam um dispositivo, na acepção de Foucault, atuam na naturalização das desigualdades. Desenvolve-se a análise de um discurso aparentemente homogêneo da campanha e da ação solidária da empresa Açúcar Guarani, em material divulgado nas redes sociais em 2022, a propósito de nomes tradicionais de doces, considerados politicamente incorretos e ofensivos às chamadas minorias. Com base nos postulados revisitados da Análise do Discurso foucaultiana, cotejando textos verbais e não verbais da campanha, foi possível perceber como a heterogeneidade está presente de forma simultânea num dispositivo colonial e decolonial. A análise apontou ainda que é no discurso em que são conflagradas as contradições entre as práticas sociais. Para isso, no que diz respeito à mulher e à mulher negra, analisou-se também os movimentos de interdição dos dizeres, o politicamente correto e o lugar de fala como movimentos correlatos da noção de “liberdade de expressão”, amplamente divulgada em nosso século nos países do mundo ocidental.

**Palavras-chave:** Discurso; Práticas discursivas; Dispositivo; Politicamente correto; Lugar de fala.

**RESUMÉ:** L'objectif de cet article est de discuter comment les pratiques discursives qui alimentent un dispositif, au sens de Foucault, agissent dans la naturalisation des inégalités. Il développe l'analyse d'un discours apparemment homogène de la campagne et de l'action de solidarité de l'entreprise Açúcar Guarani, dans du matériel diffusé sur les réseaux sociaux en 2022, concernant les noms traditionnels des bonbons, considérés comme politiquement incorrects et offensants pour les dites minorités. Sur la base de postulats revisités de l'analyse du discours foucauldien, en collationnant les textes verbaux et non verbaux de la campagne, il a été possible de réaliser comment l'hétérogénéité est présente simultanément dans un dispositif colonial et décolonial. L'analyse a également mis en évidence que c'est dans le discours que les contradictions entre les pratiques sociales sont confondues. Pour cela, en ce qui concerne les femmes et les femmes noires, on a également analysé les mouvements d'interdiction des dictons, le politiquement correct et le

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar.

<sup>2</sup> Professora Sênior do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar. Coordenadora do Laboratório de Estudos do Discurso – Labor (UFSCar).

lieu de parole comme des mouvements corrélés à la notion de " liberté d'expression ", largement diffusée en notre siècle dans les pays du monde occidental.

**Mots-clés:** Discours ; Pratiques discursives ; Dispositif ; Politiquement correct ; Lieu de parole.

## Práticas discursivas e os sistemas de coerção dos dizeres: introdução

O mundo empírico, de uma perspectiva foucaultiana, é o resultado de práticas discursivas e não discursivas, uma vez que para o filósofo tudo são práticas por estarem imersas em relações de saber e poder, nas quais enunciados e visibilidades, texto e instituições constituem práticas, enfim os discursos são práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. A análise arqueológica “faz com que apareçam relações entre as formações discursivas e os domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos e processos econômicos)” (FOUCAULT, 2008, p. 182), o que significa que nossas ações são, por assim dizer, amarradas às práticas discursivas e por extensão naturalizadas na e pela linguagem. Tal entendimento direciona os caminhos deste trabalho, que irá analisar sobretudo genealógicamente (FOUCAULT, 1996) os discursos que se relacionam com formas de controle do dizer, especialmente aquelas surgidas nos últimos anos deste nosso século.

Os movimentos do politicamente correto e do lugar de fala, por exemplo, são a contraposição de práticas discursivas que até então naturalizavam desigualdades, seja ofendendo grupos identitários, muitas vezes denominados como minoritários, ou mesmo invisibilizando-os ao não lhes dar o direito à voz. Em relação ao surgimento, o politicamente correto emergiu com mais força na década de 1990 no contexto político norte-americano (KOHL, 1994, p. 104) e o lugar de fala, bem mais recente, tem se aprofundado com as redes sociais, que almejam visibilidade para o movimento dos negros e das mulheres. Capturados também pela lógica neoliberal, esses movimentos de pauta identitária passaram a ser incluídos no interesse mercadológico de grandes companhias e também das pequenas, mostrando como o politicamente correto e o lugar de fala se transformaram em notáveis discursos sociais. É o caso da ação solidária a ser analisada neste artigo: trata-se de uma experiência/enquete do Açúcar Guarani, veiculada em 2022 na internet e na TV<sup>3</sup>. A empresa propõe, por intermédio de inserções midiáticas, produzidas com o amparo de um regulamento, discutir com os internautas (seus consumidores) acerca de nomes tradicionais de doces que já estão no cardápio popular, rebatizando tais nomes, por considerá-los pejorativos às mulheres e às mulheres negras. No item 1.1 do tal regulamento, lê-se que, por meio da ação *Respeito na medida*, objetiva-se “promover uma atividade com cunho de conscientização dos participantes, possuindo um

---

<sup>3</sup> O vídeo que resume a campanha está disponível em: <https://youtu.be/ZBOXxZyuYx4>. Acesso em: 18 mar. 2023. A modalidade da campanha parece ser nova, porque convida o público a participar em votação a partir do que chamam também de “experiência”.

caráter totalmente voluntário e gratuito, levantando a discussão acerca dos nomes dos doces ‘teta de nega’, ‘espera marido’, ‘maria mole’, ‘nega maluca’”.<sup>4</sup>

Considerando que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos” (FOUCAULT, 1996, p. 9), não se pode simplesmente imaginar que a empresa tenha tomado a iniciativa de propor essa experiência/enquete por interesse particularmente específico de substituição de nomes ou porque, de fato, não concorde com os nomes ofensivos atribuídos aos doces, e por isso propôs espontaneamente sua revisão. De nossa perspectiva, incluímos ações dessa natureza como previstas no interior de um dispositivo midiático em que tais enunciados perpassam uma estrutura bastante robusta; e como num processo de “fagocitose”, como é próprio do funcionamento do dispositivo (FOUCAULT, 1979, p. 244; SARGENTINI, 2015, p. 17), o regime neoliberal, para lidar com a ameaça que as pautas identitárias poderiam representar, prefere antes incorporá-las, explorá-las em seu “preenchimento estratégico” (FOUCAULT, 2014, p. 46; SARGENTINI, 2015, p. 23). Sendo assim, a empresa responde à urgência de se falar de temas tidos como sensíveis para o momento, sem deixar, no entanto, de promover sua valorização e gerar engajamento.

No decorrer deste artigo, iremos considerar, portanto, a emergência dos dizeres inscritos em sistemas de coerção, que atendem às vontades de verdade (FOUCAULT, 1996), das quais decorrem não só o politicamente correto e o lugar de fala, mas também a cultura do cancelamento. No desenvolvimento, serão apresentadas reflexões sobre as denominações em torno da campanha/ação solidária *Respeito na medida*, levando em consideração que a busca pela mudança dos nomes dos doces em votação é sintomática do que pode ser compreendido de um ponto de vista em que se analisa a luta pela palavra como sendo a luta pelo poder, na qual se vê uma representação, ainda que mínima, da mulher negra ao defender sua honra contra os nomes tidos como ofensivos. Por fim, trataremos dos dispositivos nascidos em redes, que passaram a determinar como e quando se diz algo, também aspecto a ser observado na configuração das novas democracias ocidentais, que tiveram sua cartografia alterada em função dos desdobramentos da classe trabalhadora, cuja fragmentação parece ter dado origem ao que equivocadamente vemos denominar de minorias da nossa sociedade. Preferiremos denominar de “grupos identitários” (mesmo porque nem sempre são minoritários, veja-se, por exemplo, os

---

<sup>4</sup> Também no site da empresa, há uma versão final do regulamento da campanha. Disponível em: <https://guaranimaisqueacucar.com.br/pdfs/regulamento-a%C3%A7%C3%A3o-solid%C3%A1ria-respeito-na-medida-versao-final.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

grupos que representam as lutas das mulheres que não são minorias na sociedade) aqueles que sustentam a aparição de práticas discursivas antes silenciadas, de alguma forma invisibilizadas e que passam a requerer uma adequada e respeitosa visibilidade.

### **Os novos sistemas de coerção do dizer no século XXI**

Antes de adentrarmos a este tópico, cumpre dizer que o tratamento que se dá aos movimentos de reinterpretação dos dizeres é concebido em nossos estudos como uma confluência da compreensão da liberdade de expressão com suas interdições, o que talvez, até mesmo por sua existência contínua e intrínseca à língua, tem sido objeto de pesquisa na Análise do Discurso, de forma geral. Entretanto, de forma específica, algumas características das coerções dos dizeres estão relacionadas ao modo de funcionamento das plataformas de gerenciamento das redes sociais.

Com exceção do politicamente correto, que não derivou diretamente das redes sociais, embora tenha alcançado visibilidade em razão da globalização das relações econômicas, políticas e culturais, o lugar de fala e a cultura do cancelamento tiveram suas origens muito condicionadas às redes.

Não são movimentos totalmente novos ou originais, pois bem podem ser vistos também como ressignificação de práticas que já se mostraram presentes em outras épocas e lugares, como é o caso do cancelamento. Segundo Lopes (2022, p. 152):

a cultura do cancelamento tem, de fato, raízes históricas no Ocidente, onde a práxis de condenar e de humilhar configurou-se de modos distintos em diferentes temporalidades sem deixar de existir. Essas práticas seguiram acompanhando a humanidade ao longo do tempo, de modo que, neste século XXI, condenação e humilhação ganham o viés da virtualidade [...].

Dessa forma, embora cada um deles (politicamente correto, lugar de fala e cancelamento) tenha características mais particulares, todos respondem, como já se mencionou, a uma urgência histórica, numa rede formada por práticas discursivas e não discursivas.

De todo modo, na campanha *Respeito na medida*, o que identificamos foi a sobressalência do politicamente correto e do lugar de fala, sendo majoritariamente deles que nos ocuparemos nos próximos tópicos.

## O politicamente correto

Possenti (2022), em uma exposição que não pretende aprofundamentos sobre a origem da expressão “politicamente correto”, especifica algumas mudanças dos sentidos desse termo em diferentes momentos. Primeiramente o politicamente correto relacionava-se a uma ação, um comportamento pelo qual se exibia o apoio aos que ocupavam o poder e defendiam as regras políticas daquela sociedade; via-se nisso a expressão de adesão ao poder político. Posteriormente, no início dos anos 2000, no Brasil, a noção de politicamente correto vinculou-se ao controle do uso de palavras que viessem a ser ofensivas para um grupo desfavorecido ou marginalizado, discriminado pela orientação sexual ou por gênero. Em 2004, foram publicados uns poucos exemplares da *Cartilha do Politicamente Correto*, organizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O manual teve vida curta: a publicação foi suspensa por não haver consenso sobre a sua pertinência. Para os idealizadores da *Cartilha*, o objetivo era tirar de circulação termos discriminatórios. Dentre os que não a receberam bem, considerou-se que dela se fazia pretensão de uma Novilíngua, em menção ao governo autoritário da obra *1984*, de George Orwell.

Ainda que a *Cartilha* tenha sido suspensa, o movimento do politicamente correto continuou a existir, uma vez que ele serviria para “neutralizar” termos considerados ofensivos a uma parcela da sociedade, sobretudo aos que se consideram negros, às mulheres, à população LGBTQIAPN+, aos idosos, e mesmos aos estrangeiros. Trata-se, portanto, aparentemente, de uma negociação de sentidos. O uso da palavra “aparentemente” se justifica porque na prática o que ocorre é uma imposição de termos considerados adequados, no sentido de não haver “conversa” entre grupos dominantes e as minorias para se chegar a um sentido que não seja ofensivo para ambas as partes.

No Brasil, a recusa de alguns ao politicamente correto deu-se por basicamente dois motivos: o primeiro deles deve-se a já natural disputa pelos sentidos da palavra que grupos majoritários tentaram e ainda tentam assegurar como seus, por um evidente conflito entre ideologias. Nesse sentido, Barros (2007, p. 23) vem reforçar nossa tese quando afirma que “o homem não só é conhecido através de textos, como se constrói enquanto objeto de estudos nos, ou por meio dos textos”, o que pode revelar o quanto de nossa sociedade tem nesses enunciados que circulam recusando o politicamente correto na linguagem. O segundo motivo, enfim, é que até à década de 1990, aspectos que hoje são abordados no linguajar correto eram considerados de “foro íntimo”, nem sequer chegando a serem discutidos no bojo da sociedade. Dessa forma,

a orientação sexual do sujeito, o sentimento de pertença à classe ou à etnia, o comportamento cultural de estrangeiros não eram objetos de reflexão social, embora tais grupos fossem referenciados no discurso da maioria, o que parecia aí livre de interdições.

Assim, vinculado a uma outra formação histórica, cuidou-se de chamar o negro de “afrodescendente”, a pessoa até então “especial” ou “portadora de necessidades especiais” de “deficiente físico/intelectual”, como se sentem mais à vontade quando assim referidos. Os homens de “olhinhos puxados” são, no politicamente correto, “os orientais”.

O termo “politicamente” não guarda relação direta ou não modificada com o fato de um nome ser político (pensado por intermédio da política) em contraposição a nomes que circulam sem que ainda tivessem passado pelo crivo da arte política, mas há alguma associação com isso, antes e hoje.

Kohl (1994, p.103 *apud* ZANINI, 2015, p.43) resgata que:

O termo ‘politicamente correto’ era usado de forma pejorativa para se referir a alguém cuja lealdade para com o Partido Comunista foi perdida, aliando-se a uma má política. O termo foi usado por socialistas contra comunistas, e foi concebido para separar os socialistas que acreditavam em ideias morais mais igualitárias, dos comunistas mais dogmáticos, que defendiam as posições do partido.

Como se vê, a materialização linguística do termo, naquela ocasião, qual seja, a do fim da Segunda Guerra Mundial e início de 1950, sugere uma reflexão em torno do modo de se fazer política naquele momento. Por outro lado, no Brasil recente, ao assumir a Presidência do Brasil, o ex-mandatário Jair Messias Bolsonaro assim disse: “no Brasil, não terá mais o politicamente correto”<sup>5</sup>, o que seria apenas uma pista de que a política como um todo passaria por forte degeneração, período em que reiteradas vezes houve negação da arte de se fazer política, restando claro que o diálogo deu lugar a imposições autoritárias e que a civilidade foi substituída por atos de barbárie. Assim, hoje é quase consenso entre partidários de direita que o politicamente correto é matéria de socialistas, de “esquerdistas”.

Para Possenti (2022, p. 156), “a expressão adquiriu sentidos muito diferentes, expandiu-se para cobrir posições ideológicas e/ou jurídicas inimagináveis”. Essa seria a terceira especificação do termo, que passa então a ser quase uma crítica àqueles que viessem a defender os direitos de povos indígenas ou migratórios, grupos ambientalistas, organizações de defesa aos direitos humanos (em oposição aos “humanos direitos”).

<sup>5</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/01/politica/1546380630\\_050685.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/01/politica/1546380630_050685.html). Acesso em: 18 mar. 2023.

É certo, porém, que este movimento está sempre em transformação, sendo sua consolidação um resultado difícil de ser alcançado, justamente porque se insere em práticas discursivas que têm a complexidade à altura do que é mesmo a língua, um contrato social eivado dos mais diversos interesses.

Não deixa também de revelar suas contradições, pois se por um lado as reflexões sobre as palavras empregadas nos fazem pensar sobre a discriminação de minorias, por outro, a exigência de mudança sobre elas pode resgatar aspectos históricos que apenas são mobilizados quando se fala no imbróglio que tais significados podem causar. Veja-se, por exemplo, a palavra “denegrir”, sobre a qual muito se fala a respeito de sua marca considerada racista. Ocorre, entretanto, que nem todas as palavras reclamadas têm uma primeira associação com o contexto da escravidão brasileira. “Denegrir”, informa o Dicionário Etimológico disponível na internet<sup>6</sup>, advém do latim *denigrare*, significando “tornar cada vez mais escuro”, “manchar”, sendo que o sentido metafórico do vocábulo é que é o objeto da cartilha politicamente correta, que por extensão, quer dizer “manchar a reputação”, “sujar a atitude de outrem”. Ora, é justamente na metáfora que mora o contexto social e histórico de uma expressão, e, portanto, a palavra em si não conota racismo, e neste caso, nem mesmo no contexto atual, já que não é utilizada para se referir somente à população negra, como é claramente o caso de xingamentos em que se associa um animal ou objeto a pessoas de cor preta.<sup>7</sup> Se há resgate histórico, ele ocorre muito em função do que se é proposto hoje para ajustes das palavras. Trata-se, evidentemente, de um direito de grupos identitários de lutarem contra a cristalização desses termos, mas por serem práticas discursivas, a mudança da língua não se completa sem que se possa enxergar que outras estruturas sociais são também tributárias dos significados das palavras.

Na enquete/experiência *Respeito na medida* do Açúcar Guarani, a sugestão de troca dos nomes recai sobre os doces “teta de nega”, “maria mole”, “nega maluca”; certamente, se é na língua que materialidades são reveladas, não é nela que a atitude de conscientização deve parar. Francisco Leite (2008, p. 135) afirma que a classificação de uma publicidade politicamente correta passa por “cenários que operam a inclusão simbólica e possibilitam o trânsito de personagens representantes de grupos minoritários em condições contextuais antes demarcadas apenas a perfis hegemônicos”, isso garante a representatividade, ao mesmo tempo em que se

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/denegrir/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

<sup>7</sup> Semelhante caso é citado por Neves (2014, p. 140) acerca de polêmica instaurada em 2012 a partir de uma denúncia do Ministério Público de Uberlândia com relação às acepções do vocábulo “cigano”, registrado no Dicionário Houaiss. Naquela ocasião, a avaliação do uso linguístico do termo foi vista como preconceituosa e contra a lei.



pensam novas estruturas na língua, aí sim estando identificados os elementos discursivos e não discursivos.

## **O lugar de fala**

No Brasil, “lugar de fala” é expressão célebre que ficou conhecida no meio acadêmico através das teorizações de Djamila Ribeiro, no livro *O que é lugar de fala?*, publicado em 2017.

Sob a lente da autoria negra, a autora traça um percurso que também é histórico, acerca das possibilidades de se chegar a um verdadeiro debate sobre as questões raciais, até então capitaneadas por pessoas brancas, movimento visto quase como uma recusa em se ouvir o público vítima das discriminações de que tanto se fala.

Inicialmente, com relação a essa expressão, podemos nos remeter a Foucault (2008, p. 30), parafrazeando-o, a partir do que escreve sobre a singularidade de um enunciado – “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” –, indagando também: por que o branco proveniente da elite fala sobre demandas raciais e não o negro advindo da favela em seu lugar?

Ribeiro (2017) adverte que, embora a noção de lugar de fala tenha se deturpado em nossa sociedade, a ideia não é estabelecer qualquer impedimento a um debate epistemológico, mas também ouvir aqueles sobre quem se fala e que historicamente foram sempre mantidos à margem.

Outra observação a que chegamos de posse do material de campanha de conscientização que analisamos é que o tema central da proposta de diálogo com o participante da enquete ora se presta a corrigir termos considerados ofensivos, ora se dispõe a enaltecer a posição da mulher negra (seu lugar de fala, por ilação), que na inserção de mídia é representada por uma menina também negra, o que poderia ser diferente caso a escolha se desse por uma pessoa branca, ainda que a matéria fosse o que é: a discussão sobre nomes de doces que remetem à negritude.

Portanto, os dois movimentos se coadunam, porém, se engendram de maneiras distintas. Enquanto o politicamente correto é considerado por alguns um movimento censório, porque “vigia” comportamentos e dizeres, o lugar de fala não tem a marca da correção, mas a da hora e vez da fala sobre temas sensíveis ao próprio grupo exigente daquela fala.

Importante evidenciar que nosso trabalho não deve ser confundido comopositor a esses movimentos, mas até mesmo pelo teor investigativo imperioso a uma pesquisa, cabe-nos,

antes sim, a tentativa de descrição dessas práticas de discurso. Esses parênteses se devem ao fato de haver corrente de pensamento que critique os movimentos não pelas causas pelas quais lutam, mas pela forma como empregam a luta, servindo muitas vezes de chamariz para o mercado publicitário, mas não só. Buttler (1990), por exemplo, discorre a favor do que chama de “política de coalizão”, em que defende o interesse da coletividade, sem a rigidez das minorias, no que se aponta a correlação entre fragmentação de discurso e de sociedades, tornando as minorias equiparáveis a verdadeiros grupos societários, impondo às suas causas perspectivas não mais unas, ao mesmo tempo em que o mundo empresarial disso tira proveito, por assim dizer.

Outra questão levantada por estudiosos desse conceito é a de “autorização discursiva” (RIBEIRO, 2017, p. 59):

[...] As reflexões e trabalhos gerados nessas perspectivas (**lugar de fala e ascensão do movimento negro**), conseqüentemente, foram sendo moldados no seio dos movimentos sociais, muito marcadamente no debate virtual, como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autorização discursiva. (Inserções nossas).

Uma vez mais, a reflexão remete-nos a Foucault (1996) quando este detalha qual seria a “ordem do discurso” em sua aula inaugural no *Collège de France*, em 1970. As discussões, por vezes polêmicas sobre tais interdições (inclui-se aqui aquelas relativas à cultura do cancelamento), são conflituosas justamente porque se arrisca a esquivar-se da ordem do discurso. Entendemos que “politicamente correto”, “lugar de fala”, “cultura do cancelamento” e o célebre “*exposed*” podem ser formas contemporâneas de cerceamento do dizer. É crucial que se entenda que, ao falarmos em “cerceamento”, não queremos com isso aplicar um julgamento de valor, não necessariamente. Concordamos que, para efeitos positivos e/ou negativos, o que ocorre de fato é um policiamento da palavra, dada a atenção que hoje se confere aos modos como falamos e que têm a ver diretamente com as pautas identitárias. Essas práticas discursivas têm farta materialidade linguística nas redes sociais. O “cancelamento” e o “*exposed*”, por exemplo, derivam diretamente delas. Ainda apoiando-nos no filósofo francês, em sua aula inaugural, ele afirma que:

toda produção discursiva é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1996, p. 09).

Nessa esteira, o politicamente correto e o lugar de fala pareceram inicialmente estar fora do “radar” dessa produção que controla, preserva e distribui certos enunciados, em função também de demandarem por mais poderes, os quais historicamente sempre foram concentrados na elite, branca e heteronormativa, detentora de privilégios sociais, econômicos e culturais.

Por isso afirmamos na parte introdutória que o entendimento sobre a genealogia do poder se faria necessário. Conforme Navarro (2020, p. 5), “de um ponto de vista genealógico, não podemos nos esquecer de que a história serial faz sucumbir as continuidades e emergir as dispersões de sujeito”. O politicamente correto e o lugar de fala sofrem mutações em seus sentidos e não deixam de ser regidos pelas relações de poder, haja vista o regime duplo que vimos instaurar-se com essas práticas discursivas, em que as sociedades são levadas a crer que para falar de algo, outra parte deve se calar, ou que o respeito a dados grupos identitário, às vezes minoritários, podem, enfim, significar cessão de espaço e de poder.

### **“Mais que açúcar: respeito na medida”, o *slogan* da enquete do Açúcar Guarani**

A frase citada acima é um destaque da marca Guarani.<sup>8</sup> A empresa foi fundada na década de 1960<sup>9</sup> e hoje faz parte do grupo francês Tereos. Sua principal atividade é a produção de açúcar, etanol e energia elétrica, provenientes da cana-de-açúcar. Recentemente, a empresa vem empreendendo campanhas de responsabilidade social que agregam valor aos produtos que comercializa; são campanhas em sintonia com a contrapartida social que se espera das empresas por utilizarem recursos renováveis ou não da sociedade ou de uma determinada região do país. De acordo com Tomei (1984, p.189), as empresas, a partir da década de 1980, incorporaram em suas ações a responsabilidade social, partindo “da premissa de que as organizações têm responsabilidade direta e condições de abordar os muitos problemas que afetam a sociedade [...]”. Portanto, nesse contexto, que é também o contexto da abertura econômica pós-guerra fria, as empresas passaram a responder às exigências de uma nova ordem mundial, qual seja, a da globalização, o que foi ainda mais aprofundado, sabemos, nas décadas seguintes. Dessa forma, cada vez mais vê-se a necessidade de se vender uma imagem “acoplada” ao produto de uma empresa, tarefa justamente para as campanhas publicitárias. A esse respeito, Chauí (2000, p. 114) afirma que:

---

<sup>8</sup> Em suas redes sociais, a empresa frequentemente adota a hashtag #TudoNaMedidaFazBem.

<sup>9</sup> Ver: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarani\\_S/A](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarani_S/A). Acesso em: 18 mar. 2023.

A propaganda nunca vende um produto dizendo o que ele é e para que serve. Ela vende o produto rodeando-o de magias, belezas, dando-lhe qualidades que são de outras coisas (a criança saudável, o jovem bonito, o adulto inteligente, o idoso feliz, a casa agradável etc.), produzindo um eterno “faz-de-conta”.

Por esse pensamento pode-se compreender o *slogan* adotado pela Guarani – “Mais que açúcar: respeito na medida”, em que se mistura o produto carro-chefe da empresa com a sua atitude social, isto é, o respeito, a conscientização, e para retomar sua área de mercado ela ainda incrementa “na medida”, expressão que reivindica revisão sobre o discurso da vida saudável, no qual se condena o uso de açúcar. Propõe-se outra prática discursiva que virá a recortar o objeto de que se fala. Assim como o açúcar, que se consumido “na medida” não traz infortúnios, estabelece-se o paralelo de que as relações de respeito, adequadamente empregadas, podem suspender infortúnios aos cidadãos.<sup>10</sup> É visível o desconforto da jovem chamada a dizer o nome do doce teta de nega, seguido do diálogo que ela mantém com a criança ao explicar que também não gosta do nome atribuído ao doce. A proposição que se apresenta é a de suspender a soberania do significante, desnaturalizar o nome e propor-lhe outro. Novo significante é chamado a juntar-se àquele significado, questionando a historicidade inscrita no nome.

Ao proceder a essa descrição, acrescentamos que não tomaremos valorações como foco deste artigo; ao contrário, o intuito é mostrar que a inserção midiática da “enquete/experiência” não é desinteressada no interior de práticas discursivas, e que se vistas pela óptica do dispositivo, tais campanhas estão na verdade cumprindo bem o seu papel: estão inscritas em uma rede de discursos, respondem a uma urgência histórica e atuam em um preenchimento estratégico, que no caso agrega valor eufórico à empresa. É necessário desnaturalizar as ações políticas, culturais e empresariais lançadas em nossa sociedade, num gesto discursivo, senão político, de indagar assim, readaptando Foucault (2008, p.30), “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”, mesmo quando se tratar de uma campanha que jogue luz sobre a naturalização das desigualdades.

No próximo tópico, adentraremos à problemática da palavra “certa”, conforme sugere o material da campanha analisada.

---

<sup>10</sup> Ver vídeo da campanha: <https://youtu.be/ZBOXxZyuYx4>. Acesso em: 18 mar. 2023.

## A imposição da palavra e a historicidade dos discursos

Para iniciarmos a análise, apresentamos a seguir a disposição dos nomes sugeridos para os doces da propaganda no site da empresa:

Figura 1 - Sugestão de novos nomes para votação da campanha



Fonte: Tereos (2022).

Os nomes tradicionais dos doces aparecem já riscados no *layout* da votação. Propõe-se que cada consumidor da marca vote uma única vez entre as opções. Os riscos que anulam a possibilidade de votar nos nomes já atribuídos aos doces são sintomáticos do que se pretende na seara da língua, embora a sociedade – ou parcela dela – possa se recusar a acatar. E as recusas, sabe-se, têm a ver com relações de poder, que neste particular, não existem separadas da língua.

Assim sendo, as palavras que fazem parte de uma dada língua não gozam de estabilidade quanto àquilo que significam, mesmo porque a referida estabilidade é a todo tempo “negociada” entre seus falantes, ainda que Saussure tenha nos ensinado que não é pela vontade do falante que a língua se move e que ela se move apesar de seu usuário.

Ainda que o politicamente correto tenha sido compreendido ora como uma adesão aos grupos de poder, ora como uma política com o intento de evitar o uso de palavras derrisórias, ora ainda como forma de expressão de políticas progressistas (POSSENTI, 2022), do ponto de vista genealógico são essas descontinuidades que garantem que essa campanha tenha o seu lugar de circulação. Sob o manto de coibir a derrisão, observamos que, de forma menos visível, pretende-se a adesão também daqueles que se identificam com políticas progressistas, deixando uma brecha para a simpatia daqueles que não querem ir além da troca de denominações.

Nesse sentido, suspender a “soberania do significante”, para ficarmos noutra conceito foucaultiano, é ligar o sentido de uma palavra ao seu acontecimento histórico, seja recusando ou retomando-o. É perceptível que a intenção de ofender não está presente em todas as vezes em que são pronunciados os nomes dos doces à moda tradicional, daí o movimento do politicamente correto tanto poderá resgatar sentidos históricos que já se encontravam “pacificados”, quanto inaugurar um momento de reflexão e escuta das minorias que realmente se sentem ofendidas (também nas expressões de linguagem). Por isso falamos em “recusa” ou “retomada”.

É interessante ainda analisarmos como os sentidos das palavras são forjados no decorrer do tempo conforme os acontecimentos, sendo este o funcionamento do discurso em seu estado de natureza, isso porque, segundo Foucault (2008, p. 132), “o discurso é um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva”, presentes, todavia, em um “sistema de dispersão”. Em uma visada genealógica, pretende-se, portanto, analisar as práticas discursivas para além da estreiteza da designação ou referenciação. Ao propor novas denominações para os doces, a empresa adere ao discurso que sinaliza que as designações que julga ultrapassadas perderam sua validade num mundo em que as chamadas minorias são agora conectadas, insistindo, pois, nas suas ressignificações. Por fim, as ressignificações estão inseridas na “vontade de verdade” de determinada sociedade em certa época. Da mesma forma como não se processa, consoante Foucault (1996, p. 20), a realidade do sujeito separada do objeto que se investiga, não se sustenta também que os sentidos de uma palavra permaneçam sempre como estão, pois a construção desse sentido está fatalmente inscrita na sua historicidade, o que, nas palavras de Navarro-Barbosa (2004, p.113), significa entender o homem como sujeito à história e às palavras, pois é “ele uma construção no discurso, sendo este um feixe de relações que irá determinar o que dizer, quando e de que modo”.

Assim, o regime de verdade que as sociedades organizam geram desdobramentos vários ao longo do tempo, afetando também a forma como nos reportamos na língua, o que nos leva ao próximo item sobre a posição do sujeito que toma o bastão da palavra.

### **A voz e a vez da mulher negra em seu lugar de fala**

Observemos a seguir as imagens, obtidas por *print screen*, do vídeo de divulgação da enquete/experiência, veiculada na plataforma *YouTube*:

Figura 2 - *Print* do vídeo da campanha *Respeito na medida*

Fonte: Tereos (2022).

É interessante notar que o vídeo divulgado foi produzido com o cuidado de contrapor gerações ao falar nos nomes dos doces<sup>11</sup>. Como se vê acima, de um lado, uma mulher de mais idade, do outro, uma criança acompanhada, sendo que neste último recorte a ambas é apresentado o doce “teta de nega”. No primeiro caso, a senhora ignora possíveis problemas em relação ao nome “nega maluca”, mantendo seu foco na forma como prepara aquela sobremesa aos seus netos.

No segundo caso, uma mulher branca intermedeia a conversa na cena, trecho em que pergunta à menina: “Você sabe o nome desse doce?”, e de forma constrangida conta à criança que tratava do “teta de nega”, ao que a menina responde: “não gostei desse nome”. Além de problematizar o nome com tudo o que de histórico ou ofensivo nele possa ser revisitado, o vídeo expõe que o conflito é também intergeracional, pois os adultos não estão de acordo com “nomes que já não cabem mais em nosso tempo”, enquanto as crianças julgam bizarro que um doce tenha em seu significante uma imagem conceitual que não o corresponde, ou que poderia ser outra. Sobre essa questão sónica, é dado mais a conhecer em Piovezani (2008) na publicação *Saussure e o discurso: o CLG lido pela Análise do Discurso*, em que discorre sobre o corte epistemológico que se deu na Linguística com a abertura dos pensamentos de Pêcheux e dos estudiosos que o seguiram pela AD. O autor detalha que a relação obtida a partir do signo linguístico era então pensada cognitivamente como significante/significado, não abordando questões extralinguísticas a ela.

Observamos ainda no vídeo que o conflito se apresenta como sendo também interracial, pois a criança negra se sente ofendida com o nome “teta de nega”, enquanto a senhora, branca, não teria percebido o problema trazido pelo nome que empregou: “nega maluca”.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://youtu.be/HAQ77n4753w>. Acesso em: 18 mar. 2023.

O conjunto de imagens e enunciados proferidos no vídeo fazem emergir uma outra questão: a do lugar de fala, como se ali estivessem chegadas a vez e a hora da fala negra se pronunciar.

De fato, todos os nomes aludem às mulheres, e como não fosse suficiente, dois dos quatro nomes de doces expostos (ver figura 1) remetem às mulheres negras, um indício de como esses nomes podem ter sido cunhados, ou melhor, sinalizando que circularam – e ainda circulam – em um universo racista, além de machista, pois é raro encontrarmos elementos da culinária que fazem referência ao homem, mostrando bem a divisão que se estabelece nesse meio, verbalizada quando ouvimos/lemos enunciados que estabelecem a cozinha como um lugar feminino.

Nesses casos, a ação do politicamente correto conduziria a nomes não ofensivos (sugere-se “chocolate maluco” ao invés de “nega maluca”, “molengo de coco” para “maria mole”, “*chocomellow*” para “teta de nega”, etc.), como também abre espaço para o grupo ofendido falar, com a vivência social de quem é vítima das palavras derrisórias, daí que a publicidade invista em personagens negros para falar sobre o negro, ou ainda em personagens mulheres para falar sobre mulher. Tem-se, assim, nessa disputa genealógica, o confronto entre os saberes naturalizados, não colocados à prova, e os saberes que surgem ali naquela mesa, questionando as estruturas de poder normalizadoras, pela voz das crianças em acordo com os adultos que agora veem a importância de um novo futuro.

### **O dispositivo e seu preenchimento estratégico: a Ação solidária**

Para os estudos discursivos foucaultianos, a noção de dispositivo é central, uma vez que se compreende que não existe discurso fora dos dispositivos e tampouco dispositivos sem discurso (COURTINE, 2013). Recorremos à Foucault, que compreende o discurso em relações de saber-poder, para analisar como um regime de práticas discursivas permite ver como um dispositivo erige-se, sustentado por uma rede de elementos. Considerando que a prática discursiva recorta o objeto de que fala, vimos que no vídeo sobre a enquete/experiência, o discurso sobre a imagem da mulher inscreve-se em uma nova rede de discursos que não mais se enlaçam com a rede de discursos que sustentam o dispositivo colonial (NEVES, 2015; LISBÔA, 2021). A proposição de novos nomes para os doces afasta a articulação com a rede de discurso colonialistas, imersos em racismos e patriarcalismos.



O termo dispositivo, conforme definido por Foucault (1979, p. 244),

demarca, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo, que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas.

Compreende-se que todos esses elementos do dispositivo cosem a rede de sustentação dos discursos. Para nos auxiliar na análise do material, podemos afirmar que são dispositivos em confronto que sustentam os discursos presentes na experiência/enquete. O dispositivo colonial que comporta os discursos das heranças coloniais da sociedade brasileira é questionado, sob o amparo de um dispositivo midiático que garante o lugar de circulação dos discursos antirracistas e homofóbicos. A própria organização arquitetônica da enquete (que por sua vez também é um gênero pouco empregado em propagandas) envolve atores com características étnico-raciais cuidadosamente escolhidos. Há um regulamento para a experiência/enquete, com preocupações éticas e filosóficas e, além disso, tem um caráter de filantrópico (ação solidária)<sup>12</sup>.

O dispositivo, em segundo lugar, demarca a relação que possa existir entre os elementos heterogêneos. De forma que o discurso que compõe essa rede

pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade (FOUCAULT, 1979, p. 244).

A experiência/enquete objetiva lançar o seu público a um novo campo de racionalidade, ao sugerir a mudança dos termos, que não só são novos significantes, mas se inscrevem em outro dispositivo, agregando-se a uma nova prática discursiva.

Foucault (1979) acrescenta a esses dois pontos um terceiro, que atribui ao dispositivo o intuito de responder a uma urgência e em razão disso ele tem uma função estratégica dominante. Um dispositivo permanece porque ele se abre para um duplo processo – de sobredeterminação funcional e de perpétuo preenchimento. A urgência de responder a uma nova racionalidade (no caso decolonial) justifica a sobredeterminação do discurso progressista, entretanto, os dispositivos estão sempre abertos a novos preenchimentos e vimos neste material o discurso

<sup>12</sup> Disponível em: <https://guaranimaisqueacucar.com.br/pdfs/regulamento-a%C3%A7%C3%A3o-solid%C3%A1ria-respeito-na-medida-versao-final.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

decolonial (ou progressista, se preferirmos) articular-se ao discurso mercadológico. Aí sim estão as querelas. Como discurso mercadológico, vende-se a imagem da empresa atrelada ao discurso progressista, mas também a ele articula-se o discurso da filantropia, próprio do discurso patriarcal, ou meritocrático. O preenchimento estratégico sempre estará presente para garantir a adesão dos discursos mais diversos, em complemento ou em conflito. A empresa estrategicamente expõe um alinhamento à defesa das mulheres e contra o racismo e com isso busca adesão de consumidores, mas como se trata de um discurso de confronto na sociedade, a ação solidária preenche euforicamente a posição da empresa. Vejamos, abaixo, por um *print* do vídeo também disponibilizado no site da campanha, como as imagens são construídas nesse cenário que está além do campo das visibilidades:

Figura 3 - *Print* do vídeo da ação solidária “Doação para Mães de Maria”<sup>13</sup>



Fonte: Tereos (2022)

Na nota de rodapé indicada, é possível conferir o *link* que dá acesso ao vídeo completo. Nele, vê-se o depoimento de uma mulher negra, que trabalha para o projeto Mães de Maria, fazendo marmitas para a comunidade necessitada (moradores de rua). Na sequência, uma mulher branca, responsável pelo projeto, fala: “As Mãos de Maria nascem como uma ferramenta de libertação para que a gente possa transformar a vida de mulheres periféricas através da gastronomia [...]. São ações como essa que fortalecem a nossa luta”. Pela imagem apresentada, já se pode observar que a estrutura social da mulher branca que emprega ou fala sobre a mulher negra é mantida. Muito embora se pautem o papel da mulher negra no significativo dos doces pelo(s) significado(s) que possam engendrar quando de sua recepção social, a mulher

<sup>13</sup> Disponível em: <https://youtu.be/EdzN9-GCb-A>. Acesso em: 18 mar. 2023.

negra – e não somente no vídeo da ação solidária – continua a preparar as marmitas no interior da cozinha; e justamente, os votos dados aos nomes dos doces servirão, segundo o regulamento da empresa, ao cômputo de um valor simbólico para ajuda a este projeto *Mãos de Maria*, situado na comunidade pobre de Paraisópolis, em São Paulo, onde estão tais mulheres ditas periféricas (sendo que a sua localização geográfica no espaço social, passa a ser seu adjetivo, um atributo). O dispositivo colonial, que tem em seus elementos o discurso filantrópico, mantém-se inabalável na voz das mulheres brancas responsáveis pelo projeto a ser atendido solidariamente. A elas cabe dar às mulheres “periféricas” a libertação, quando isso é exatamente a oposição ao discurso que expõe a importância e necessidade de “lugar de fala”. Enfim, a campanha parece empenhar-se em mudar o significante, mas não o discurso em sua profundidade.

### **Dispositivos das redes e as formas de dizer no interior da democracia: algumas considerações**

Acreditamos que a análise tecida sobre os materiais de campanha do Açúcar Guarani possa contribuir com os estudos do discurso, tanto nas questões relativas à ordem discursiva (em que a palavra pode ser pensada sob aspectos genealógicos) quanto nas questões implicadas com a noção de dispositivo, tal como abordamos. É relevante voltarmos ao título que escolhemos para este artigo a respeito da naturalização das desigualdades. Vimos que os elementos que estruturam o dispositivo colonial são fortes o bastante para não se deixar “desaparecer” em face de um dispositivo mais progressista, e é precisamente isso que encontramos ao cotejar o vídeo da campanha *Respeito na medida* com a ação solidária *Mãos de Maria*. A luta pela mudança social em que termos linguísticos considerados politicamente incorretos são acionados acaba por ficar na superfície, uma vez que o projeto da ação solidária mostra a mulher sempre na cozinha, e na realidade daquele projeto não poderia ser mera coincidência que a mulher fosse também uma mulher de raça negra. Por outro lado, discursivamente, esses “desalinhamentos” não são tão perceptíveis, porque os enunciados que compõem o discurso mais progressista estão ali presentes, mas é nas práticas discursivas, nas quais outros elementos podem ser confrontados com as palavras, que encontraremos a heterogeneidade de que tratou Foucault. Na prática, um dos resultados dessa heterogeneidade do dispositivo apontada neste artigo é justamente esse efeito de não estranhamento da naturalização das desigualdades.

Por fim, para falarmos dos movimentos identitários e do que convencionamos chamar de movimentos de coerção dos dizeres, lembramo-nos de Aristóteles e de sua citação já familiar entre estudiosos de linguagem, da filosofia e da política: “o homem é um animal político”. Falar em ajustes de linguagem, em disputa pelos sentidos, é também falar de tomadas de decisão políticas. É no regime democrático que se pode falar mais abertamente sobre “liberdade de expressão”, correlata desses movimentos que propõem rebatizar nomes, ajustar termos, autorizar quem fala sobre tema específico.

As pautas identitárias com que fazem coro são a expressão de um mundo político que se fragmentou. Geralmente surgem de forma mais eminente em países com uma gama diversa de partidos ou com histórico de lutas contra as desigualdades. Essa é a nova cartografia do mundo ocidental contemporâneo, em que a palavra está “na ordem do dia”. Com o advento das redes, volta-se à elite política a responsabilidade de gerenciar de que formas e com quais palavras nos referimos a determinados fatos ou eventos de nossa sociedade, como foi o caso da *Cartilha do Politicamente Correto*, de 2004, em tentativa de implementação. Como ainda é o caso, nos dias atuais, da discussão que se faz entre os países do globo a respeito da regulamentação das redes sociais, sobretudo nos quesitos referentes a movimentos políticos e direitos humanos, porque afinal o que está em jogo, ao menos nos países democráticos, é como usaremos da linguagem ou das possibilidades que as novas linguagens da internet oferecem para fazer valer a própria democracia ou o direito de as minorias falarem.

## Referências

- BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. (org.). **Diálogos com Bakhtin**. 4. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2007.
- CHAUÍ, M. S. **Convite à Filosofia**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- COURTINE, J.-J. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, M. O jogo de Michel Foucault. In: MOTTA, M. B. (org.). **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Ditos e Escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

KOHL, H. **I wont learn from you: and other thoughts on creative maladjustment**. New York: New Press, 1994.

LEITE, F. Por uma visão de estereótipos: as propostas e os efeitos das propagandas contraintuitiva e politicamente correta. **Comunicologia: Revista de Comunicação e Epistemologia da Universidade Católica de Brasília, Brasília**, v. 1, n. 1, p. 129-146, 2008.

LISBÔA, F. O dispositivo colonial: entre a arqueogenealogia de Michel Foucault e os estudos decoloniais. **Moara, Belém**, n. 57, v.2, jan./jul., 2021. DOI: <https://doi.org/10.18542/moara.v2i57.8868>

LOPES, M. A. P. A cultura do cancelamento no dispositivo midiático: subjetividade e prática de si. **Revista do GEL**, v. 19, p. 146-164, 2022. DOI: <https://doi.org/10.21165/gel.v19i1.3225>

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **Moara, Belém**, n. 57, v. 1, ago./dez., 2020. DOI: <https://doi.org/10.18542/moara.v1i57.9682>

NAVARRO-BARBOSA, P. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004.

NEVES, I. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. **Moara, Belém**, v. 43. p. 26-44, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2634/3783>. Acesso em: 18 mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.18542/moara.v1i43.2634>

NEVES, M. H. de M. Do “politicamente correto” ao incorretamente polido. **DELTA**, v. 30, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/16591>. Acesso em: 18 mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502014000100008>

POSSENTI, S. Como estaremos em 2022. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 82, p. 150-161, 2022. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i82p150-161>

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SARGENTINI, V. Dispositivo um aporte metodológico para o estudo do discurso. In: SOUSA, K.; PAIXÃO, H. (org.). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault: biopolítica, corpo e subjetividade**. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.

TOMEI, P. A responsabilidade social da empresa: análise quantitativa da opinião do empresariado nacional. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 4, p. 189-202, 1984. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901984000400029>

ZANINI, G. M. **Publicidade e o politicamente correto: interdiscursividades na construção social do sentido**. 2015. 125f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Faculdade de Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.

Recebido em: 28 de fevereiro de 2023  
Aceito em: 4 de abril de 2023